
***Companhia
Hidroelétrica
Figueirópolis S.A.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 25 de março de 2022, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 24 de março de 2023

A handwritten signature in dark ink that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
ATIVO	3
PASSIVO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	8
(1) CONTEXTO OPERACIONAL	9
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	11
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO.....	19
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	19
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	20
(8) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR.....	20
(9) DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	21
(10) IMOBILIZADO	22
(11) INTANGÍVEL	23
(12) FORNECEDORES	24
(13) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	25
(14) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	26
(15) ADIANTAMENTO DE CLIENTES	27
(16) PROVISÕES	27
(17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	28
(18) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	29
(19) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	29
(20) RESULTADO FINANCEIRO	30
(21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	30
(22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	31
(23) SEGUROS	32
(24) GESTÃO DE RISCOS.....	32
(25) INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	34
(26) COMPROMISSOS	36
(27) EVENTOS SUBSEQUENTES	36

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A. ("Hidroelétrica Figueirópolis" ou "Companhia"), submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras na íntegra, relatório da administração e o parecer dos auditores independentes estão disponíveis na sede da Companhia e podem ser acessadas em www.cpfl.com.br/ri.

A Companhia esclarece que não emitiu debêntures durante o exercício e que não emitiu ou recomprou debêntures anteriormente emitidas. Atualmente a Companhia não detém participação societária em outras sociedades.

Durante o exercício de 2022, não houve investimentos significativos efetuados pela Companhia.

A Companhia apresentou o Lucro operacional de R\$ 37.574, comparando com o lucro de R\$ 30.396 do exercício anterior. Do lucro apurado, a Companhia destinou R\$ 17.618 a título de dividendos intermediários, R\$ 18.296 a título de dividendos adicionais propostos e R\$ 1.890 para reserva legal.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA FIGUEIRÓPOLIS S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	979	443
Títulos e valores mobiliários	6	2.025	4.775
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	14.210	11.879
Tributos a compensar	8	6.533	1.437
Outros créditos		217	160
Total do circulante		23.964	18.694
Não circulante			
Coligadas, controladas e controladora	22	55.132	83.062
Depósitos judiciais	9	1.159	1.148
Outros tributos a compensar	8	1.018	1.098
Outros créditos		-	20
Imobilizado	10	87.222	90.014
Intangível	11	5.391	5.659
Total do não circulante		149.922	181.001
Total do ativo		173.886	199.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA FIGUEIRÓPOLIS S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	12	7.493	7.170
Empréstimos e financiamentos	13	18.358	14.727
Tributos a recolher	14	1.799	1.023
Dividendo e juros sobre capital próprio	22	-	4.002
Adiantamento de clientes	15	2.075	2.747
Outras contas a pagar		432	144
Total do circulante		30.157	29.813
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	-	17.967
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	349	306
Provisão para custos socioambientais	16	232	309
Total do não circulante		581	18.582
Patrimônio líquido	17		
Capital social		74.000	74.000
Reserva de lucros		50.853	67.303
Dividendos propostos		18.296	9.997
Total do patrimônio líquido		143.149	151.300
Total do passivo e do patrimônio líquido		173.886	199.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA FIGUEIRÓPOLIS
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	18	43.973	36.418
Custo com serviços			
Custo com energia elétrica	19	(1.522)	(1.305)
Repactuação GSF	19	-	5.749
Custo com operação		(4.877)	(4.717)
Depreciação e amortização	10	(3.160)	(3.024)
Outros custos com operação	19	(1.717)	(1.693)
Lucro operacional bruto		37.574	30.396
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(1.899)	(1.082)
Outras despesas gerais e administrativas	19	(1.899)	(1.082)
Outras despesas operacionais		(234)	(107)
Outras despesas operacionais	19	(234)	(107)
Resultado do serviço		35.442	34.956
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	10.609	3.739
Despesas financeiras	20	(3.249)	(2.294)
		7.361	1.445
Lucro antes dos tributos		42.802	36.401
Contribuição social	21	(1.451)	(745)
Imposto de renda	21	(3.547)	(1.668)
		(4.998)	(2.413)
Lucro líquido do exercício		37.804	33.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA FIGUEIRÓPOLIS S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	37.804	33.988
Resultado abrangente do exercício	37.804	33.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA FIGUEIRÓPOLIS S.A
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

	Reserva de Lucro				Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Reserva Legal	Reforço de capital de giro	Dividendos		
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	74.000	5.701	37.613	-	-	117.315
Resultado abrangente total	-	-	-	-	33.988	33.988
Lucro do exercício	-	-	-	-	33.988	33.988
Mutações internas do patrimônio líquido	-	1.699	22.289	-	(23.988)	-
Constituição de reserva legal	-	1.699	-	-	(1.699)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	22.289	-	(22.289)	-
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	9.997	(10.000)	(3)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(3)	(3)
Dividendo proposto 2021	-	-	-	9.997	(9.997)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	74.000	7.401	59.902	9.997	-	151.300
Resultado abrangente total	-	-	-	-	37.804	37.804
Lucro do exercício	-	-	-	-	37.804	37.804
Mutações internas do patrimônio líquido	-	1.890	-	-	(1.890)	-
Constituição de reserva legal	-	1.890	-	-	(1.890)	-
Transações de capital com os acionistas	-	-	(18.340)	8.299	(35.914)	(45.955)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-
Dividendo proposto 2022	-	-	-	18.296	(18.296)	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(17.618)	(17.618)
Pagamento de dividendos	-	-	(18.340)	-	-	(18.340)
Pagamento de dividendos do exercício anterior	-	-	-	(9.997)	-	(9.997)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	74.000	9.291	41.562	18.296	-	143.149

2401 - TOTAL CAPITAL SOCIAL

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA FIGUEIRÓPOLIS S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro antes dos tributos	42.802	36.401
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	3.160	3.024
Repactuação risco hidrológico	-	(5.749)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	248	173
Encargos de dívidas e atualizações monetárias	24.402	2.030
Atualização depósitos judiciais	-	(76)
Coligadas, controladas e controladoras	-	(3.418)
Despesa com plano de pensão	11	-
Perda na baixa de não circulante	233	-
Baixa de ativo imobilizado	-	107
Ajuste a valor presente de provisão para custos socioambientais	26	20
	70.882	32.512
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(2.331)	(798)
Tributos a compensar	(5.016)	(190)
Depósitos judiciais	(10)	-
Outros ativos operacionais	(37)	10
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	323	140
Outros tributos e contribuições sociais	1	103
Taxas regulamentares	1	-
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(77)	-
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(11)	-
Adiantamento de clientes	(672)	531
Outros passivos operacionais	184	(383)
Caixa líquido gerado pelas operações	63.237	31.925
Encargos de dívidas	(2.860)	(1.274)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.223)	(2.033)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	56.154	28.618
Atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(334)	(601)
Aquisições de intangível	-	(40)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	-	(4.775)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	2.750	3.059
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	6.206	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	8.622	(2.357)
Atividades de financiamentos		
Amortização de principal de empréstimos	(14.282)	(11.700)
Dividendos pagos	(49.957)	(15.917)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(64.239)	(27.617)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	536	(1.356)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	443	1.799
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	979	443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA FIGUEIRÓPOLIS S.A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A. ("Figueirópolis" ou "Companhia"), é uma companhia por ações de capital fechado, constituída em 04 de agosto de 2005, com sede à Estrada de Turiba, cidade de Indaiavai - MS, e tem como principal atividade, conforme determinado em seu objeto social, implantar e explorar o potencial de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs").

1.1 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL representado pelo seguinte empreendimento a seguir:

PCH	Data da resolução	Resolução original	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)
Figueirópolis	04/05/2004	REA 198	30 anos	19,4

O prazo da autorização é contado a partir da data da sua assinatura.

A Companhia é uma controlada direta da Dobrevê Energia S.A. e indireta da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis").

Sazonalidade

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

PCHs: O período de chuvas favorece a geração das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres.

Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada Tarifa de Energia de Otimização ("TEO"), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"), este efeito é definido como *Generation Scaling Factor* ("GSF"). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía usina fora do MRE.

1.2 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de Dezembro de 2022, a Companhia apresentou na sua demonstração financeira o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 6.193.

A CPFL Renováveis e suas subsidiárias tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido, através do suporte que a Controladora CPFL Energia tem como um todo em caso de eventuais necessidades de caixa para honrar com os compromissos.

1.3 Mudanças Climáticas CPFL

A Companhia se comprometeu com os objetivos do Acordo de Paris e a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa “GEE”.

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor.

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais alinhados à descarbonização das operações, entre eles: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser “carbono neutro” a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Preocupada com os impactos que os gases de efeito estufa causam no meio ambiente, a Companhia tem se esforçado para diminuir suas emissões de gases poluentes. Uma de suas iniciativas foi a de ingressar no mercado de créditos de carbono, através da emissão de certificados verdes do Tipo 1 e Tipo 2.

A CPFL divulga anualmente o relatório “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” onde apresenta as estratégias relacionadas as mudanças climáticas, as emissões anuais e os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

O impacto das mudanças climáticas foi considerado no contexto da preparação das demonstrações financeiras, nas principais estimativas e julgamentos contábeis críticos da Companhia.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 24 de março de 2023.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor

justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 24 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 10 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 13 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 16 – Provisões (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 25 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo);

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras em *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia em 1º de janeiro de 2022 descritas na nota explicativa 3.12.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2. Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas

à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, a Companhia mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Companhia não é alterada por esta razão.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.

- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32.

– Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a depreciação dos ativos foi calculada com base na vida útil estimada de cada ativo. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação são de 1,47% a 4,97%.

Os valores residuais e a vida útil do ativo são revisados por membros técnicos competentes e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.4. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou formação e estão deduzidos da amortização acumulada que é calculada de forma linear e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04 tendo em vista tratar-se de um ativo intangível relacionado ao direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos. Adicionalmente considerando-se também por analogia condições previstas no referido CPC 04, o ativo que pode ser constituído pela repactuação do risco não hidrológico, é reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, e tendo como base os parâmetros que são determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. Tais montantes são transformados pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

Essa compensação aos geradores hidroelétricos que ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, é reconhecida como um intangível em contrapartida a compensação de custos com energia elétrica.

A Companhia tem registrado em seu balanço valores reacionados a repactuação do risco hidrológico GSF no montante de R\$ 5.351 (R\$ 5.619 em 31 de dezembro de 2021), vide nota 11 .

3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.6. Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial da PCH, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, consequentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada pela melhor estimativa dos desembolsos futuros trazidos a valor presente e registrado como custo do ativo imobilizado, sendo depreciado a partir da entrada em operação comercial do empreendimento.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 9,95% (8,55% em 31 de dezembro de 2021) para as provisões socioambientais, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

3.7. Redução ao valor recuperável dos ativos

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em default quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões com base em suas taxas de inadimplência observadas históricas ao longo da vida esperada das contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), Exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio ("*goodwill*"), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.8. Dividendo e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê que a competência para a declaração de dividendos é da Diretoria Executiva. Conforme o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 0,01% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 - Evento Subsequente e ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório deve ser provisionado. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

3.9. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47/ IFRS 15 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total faturado pela Companhia.

3.10. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

3.11. Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2022, a Companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 25/IAS 37 sobre custos para cumprir um contrato, considerando avaliações a fim de identificar se existem contratos onerosos.

Também adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 (R1)/IFRS 3, sobre a atualização da norma de definição relacionada à Estrutura Conceitual. E por fim, destaca-se as alterações referentes ao CPC 27/IAS 16 de ativo imobilizado, de proibição da entidade em deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo não estiver pronto para uso. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.12. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 8)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de estimativa contábeis, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas contábeis de mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração”. Em relação as demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrem em, ou após, o início desse período.

(b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo de “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”, considerando que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

(c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações sobre o CPC 32/IAS 12)

Em maio de 2021 o IASB emitiu alterações ao IAS 12 (norma correlata ao CPC 32), na qual, estabelece o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26/IAS 1)

Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não estão vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exige a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Imobilizado e intangível

O valor justo dos itens do ativo imobilizado e do intangível é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 24) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos bancários	1	4
Aplicações financeiras	978	439
Fundos de investimento (a)	978	439
Total	979	443

- a) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 101,09% do CDI (101,4% do CDI em 31 de dezembro de 2021), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez, no Fundo Sirius compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos e valores mobiliários		
Através de fundos de investimentos	2.025	4.775
Total	2.025	4.775

Em 31 de dezembro de 2022 representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, acumulada para 2022 é de 101,09% do CDI (101,40% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Total	
		31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Classes de consumidores			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	14.210	14.210	11.879
	14.210	14.210	11.879

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. No exercício de 2022, a Companhia não detém valores relevantes registrados.

(8) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	473	217
Imposto de renda e contribuição social a compensar	473	217
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.760	179
ICMS a compensar	513	513
Programa de integração social - PIS	188	121
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	599	407
Outros tributos a compensar	6.060	1.220
Total circulante	6.533	1.437
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	-	6
Imposto de renda a compensar - IRPJ	227	291
Imposto de renda e contribuição social a compensar	227	297
Programa de integração social - PIS	307	325
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	484	476
Outros tributos a compensar	791	801
Total não circulante	1.018	1.098

Imposto de renda e contribuição social a compensar – refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior, de acordo com o regime de lucro real, e crédito base negativa de exercícios anteriores.

Imposto de renda retido na fonte – IRRF – refere-se a retenção sobre contrato de mútuo que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para serem utilizados.

Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS – refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

(9) DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo de depósitos judiciais encontra-se a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fiscais	1.159	1.148
Total	<u>1.159</u>	<u>1.148</u>

(10) IMOBILIZADO

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2020	10.334	36.081	18.447	26.860	-	3	761	92.486
Custo histórico	13.868	54.370	28.568	43.070	44	9	761	140.690
Depreciação acumulada	(3.534)	(18.289)	(10.121)	(16.210)	(44)	(6)	-	(48.204)
Adições	-	-	-	-	-	-	601	601
Baixas	-	-	(75)	(200)	-	-	-	(275)
Transferências	-	-	-	54	-	-	(54)	-
Depreciação	(203)	(958)	(572)	(1.158)	-	-	-	(2.891)
Baixa da depreciação	-	-	-	94	-	-	-	94
Saldo em 31/12/2021	10.131	35.123	17.800	25.650	-	3	1.308	90.014
Custo histórico	13.868	54.371	28.493	42.923	44	9	1.308	141.016
Depreciação acumulada	(3.736)	(19.247)	(10.693)	(17.275)	(44)	(6)	-	(51.002)
Taxa média de depreciação 2021	1,47%	1,76%	2,00%	2,47%		4,97%		
Custo histórico	13.868	54.371	28.493	42.923	44	9	1.308	141.016
Depreciação acumulada	(3.736)	(19.247)	(10.693)	(17.275)	(44)	(6)	-	(51.002)
Adições	-	-	-	-	-	-	334	334
Baixas	-	-	-	(238)	-	-	-	(237)
Depreciação	(203)	(959)	(572)	(1.157)	-	(1)	-	(2.892)
Baixa da depreciação	-	-	-	4	-	-	-	4
Saldo em 31/12/2022	9.929	34.166	17.229	24.258	-	2	1.640	87.222
Custo histórico	13.868	54.371	28.493	42.686	44	9	1.640	141.111
Depreciação acumulada	(3.939)	(20.206)	(11.265)	(18.428)	(44)	(7)	-	(53.889)
Taxa média de depreciação	1,46%	1,76%	2,01%	2,71%	0,00%	11,11%	0,00%	

Teste de redução ao valor recuperável de ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2022 e 2021 não houve necessidade de provisão de recuperação.

(11) INTANGÍVEL

	Direito de concessão	Outros ativos intangíveis	Total
	Uso do bem público		
Saldo em 31/12/2020	-	3	3
Custo histórico	-	3	3
Adições	5.753	37	5.790
Amortização	(134)	-	(134)
Saldo em 31/12/2021	5.619	40	5.659
Custo histórico	5.753	40	5.793
Amortização acumulada	(134)	-	(134)
Amortização	(268)	-	(268)
Saldo em 31/12/2022	5.351	40	5.391
Custo histórico	5.485	40	5.525
Amortização acumulada	(134)	-	(134)

11.1 UBPIntangível de concessão

Generation Scaling Factor ("GSF")

Em 09 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, com vistas à compensação por riscos não-hidrológicos às usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). Em 1º de dezembro de 2020, a Aneel aprovou a Resolução Normativa ("REN") nº 895, que regulamenta a Lei nº 14.052/2020 e que deverá permitir a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado, com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Baseada nessa resolução, a CCEE apresentou ao mercado e à ANEEL os cálculos individualizados por usina com o respectivo prazo de extensão de cada outorga.

Em 30 de março de 2021 foi publicada a REN nº 930, retificando o entendimento sobre o alcance dos benefícios e concedendo compensação aos geradores que repactuaram a energia do ambiente de contratação regulada ("ACR") para os anos de 2012 a 2014.

Após publicação da REN nº 930/2021, o Tribunal de Contas da União ("TCU") apresentou representação solicitando esclarecimentos por parte da ANEEL e determinando a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da REN nº 930/2021, inclusive quanto a homologar valores de compensação ou estender prazo de outorga de usinas integrantes do MRE que aderirem ao art. 2º da Lei nº 14.052/2020, até que fosse analisado o mérito da representação.

Em 13 de julho de 2021, porém, foi sancionada a Lei nº 14.182/2021 que deu nova redação a Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga.

Como consequência das alterações descritas, em dezembro de 2021 as demonstrações financeiras da Companhia tiveram o impacto do registro de (i) R\$ 5.753 no ativo intangível em contrapartida ao custo com energia elétrica. Esse montante representa o valor justo do ressarcimento ao qual a Companhia possui direito a receber, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de a 9,63%.

Outras informações sobre o intangível de concessão relacionado ao GSF (*Generation Scaling Factor*) estão divulgados nas notas explicativas 3.4 da demonstração financeira relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

11.2 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2022 e 2021, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

(12) FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
Suprimento de energia elétrica	6.757	6.745
Encargos de uso da rede elétrica	142	86
Materiais e serviços	594	338
Total	7.493	7.170

(13) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
CDI	33.145	(14.600)	2.805	(2.860)	18.490
Total ao custo	33.145	(14.600)	2.805	(2.860)	18.490
Gastos com captação (*)	(451)	318	-	-	(133)
Total	32.694	(14.282)	2.805	(2.860)	18.358
Circulante	14.727				18.358
Não Circulante	17.967				-

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
CDI	44.539	(11.700)	1.580	(1.274)	33.145
Total ao custo	44.539	(11.700)	1.580	(1.274)	33.145
Gastos com captação (*)	(769)	-	318	-	(451)
Total	43.770	(11.700)	1.898	(1.274)	32.694
Circulante	11.521				14.727
Não Circulante	32.249				17.967

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

Os empréstimos e financiamentos vigentes no exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 tem detalhamento conforme segue:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
CDI	105% do CDI	18.358	32.694	2016 a 2023	Estrutura de ações preferenciais resgatáveis
Total moeda nacional		18.358	32.694		

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. Adicionalmente, para os empréstimos e financiamentos que contêm cláusulas restritivas não financeiras, essas foram atendidas nos seus últimos períodos de apuração.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

(14) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	1.204	698
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	445	311
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.648	1.009
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	4	9
Programa de integração social - PIS	24	(0)
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	113	(0)
Outros	10	5
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	151	14
Total Circulante	1.799	1.023

(15) ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos de clientes	2.075	2.747
Total	2.075	2.747

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfa.

(16) PROVISÕES

1- Provisões para desmobilização de ativos:

Referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas.

Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 10,07% (8,43% em 31 de dezembro de 2021).

	31/12/2020	Reclassificações	Efeito da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	31/12/2021
Circulante	364	(364)	-	-	-
Não circulante	-	364	(74)	20	309
Total	364	-	-	-	309

	31/12/2021	Reclassificações	Efeito da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	31/12/2022
Circulante	-	-	-	-	-
Não circulante	309	-	-	26	335
Total	309	-	-	26	335

2 - Provisões para contingências

A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui registrado como causas prováveis o montante de R\$ 349 (R\$.306 em 31 de dezembro de 2021)

Perdas possíveis para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estavam assim representadas:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cíveis	9.681	9.903
Fiscais	<u>18.170</u>	<u>7.867</u>
Total	<u>27.851</u>	<u>17.770</u>

Fiscais – Refere-se a Cobrança da Certidão de Dívida Ativa nº 20161659, representando a importância total atualizada de R\$ 18.170, relativa à ICMS-garantido, relativos às operações interestaduais realizadas entre setembro de 2008 e janeiro de 2010, decorrentes do suposto não cumprimento dos requisitos exigidos para a fruição do benefício previsto no art. 4-A da Lei nº 7.293/2000 (inserido pela Lei nº 8.629/2006), regulamentada pelo Decreto Estadual nº 215/07, que garantia à empresa o diferimento ICMS (diferencial de alíquotas) em aquisições interestaduais de bens e mercadorias destinados aos empreendimentos de geração de energia elétrica, para o momento de posterior saída tributada. A administração discorda da cobrança, bem como do valor arbitrado, e entende que o risco de perda é possível em 31 de dezembro de 2022.

Cíveis – Refere-se a Indenização e/ou pensão mensal, no valor de 05 (cinco) salários mínimos, até a idade de 65 (sessenta e cinco) anos, bem como sejam obrigados a cessar o deplecionamento do Rio Jauru, causando efeito 'onda seca', sob pena de multa diária.

(17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 74.000 é representado por 34.588.892 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal respectivamente. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	Quantidades de Ações	Participação %	Quantidades de Ações	Participação %
Dobrevê Energia S.A.	34.588.892	100%	34.588.892	100%
Total	<u>34.588.892</u>	<u>100%</u>	<u>34.588.892</u>	<u>100%</u>

Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê que a competência para a declaração de dividendos da Companhia é da Diretoria Executiva. Conforme o estatuto social os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 0,01% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 - Evento Subsequente e ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório deve ser provisionado. Já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	37.804
Constituição de reserva legal	<u>(1.890)</u>
Base para destinação	<u>35.914</u>
Dividendos intermediários	(17.618)
Dividendos adicionais propostos	(18.296)

Reserva de Lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 50.853 (R\$ 67.303 em 31 de dezembro de 2021), representado pela seguinte abertura: I) Reserva legal de R\$ 9.291; e II) Reserva de retenção de

lucros de R\$ 41.562, constituídos a partir da destinação dos resultados apurados para o ano de 2022 da Companhia.

(18) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	R\$ mil	
	2022	2021
Receita de operações com energia elétrica		
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	45.944	37.864
Suprimento de energia elétrica	45.944	37.864
Total da receita operacional bruta	45.944	37.864
Deduções da receita operacional		
ICMS	(55)	-
PIS	(299)	(246)
COFINS	(1.378)	(1.136)
ISS	(172)	-
Outros	(67)	(64)
	(1.971)	(1.446)
Receita operacional líquida	43.973	36.418

	GWh	
	2022	2021
Receita de operações com energia elétrica		
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	83	78
Suprimento de energia elétrica	83	78

(19) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	2022	2021
<u>Energia comprada para revenda</u>		
Repactuação GSF	-	(5.749)
Subtotal	-	(5.749)
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>		
Encargos de uso do sistema de distribuição	1.522	1.305
Subtotal	1.522	1.305
Total	1.522	(4.444)

	Despesas Operacionais							
	Custo com operação		Gerais e				Total	
			administrativas		Outros			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Pessoal	651	577	553	337	-	-	1.204	914
Entidade de previdência privada	11	-	-	-	-	-	11	-
Material	287	370	35	22	-	-	322	392
Serviços de terceiros	705	556	996	622	-	-	1.701	1.178
Outros	63	191	315	99	234	107	612	397
Arrendamentos e aluguéis	82	59	41	22	-	-	123	81
Legais, judiciais e indenizações	-	-	271	1	-	-	271	1
Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	234	107	234	107
Outros	(19)	132	3	76	-	-	(16)	208
Total	1.717	1.693	1.899	1.082	234	107	3.850	2.882

(20) RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	812	217
Atualização de créditos fiscais	-	24
Atualização de depósitos judiciais	-	76
Juros sobre contratos de mútuo	9.798	3.418
Outros	-	4
Total	10.609	3.739
Despesas		
Encargos de dívidas	(3.124)	(1.897)
Atualizações monetárias e cambiais	127	(133)
Ajuste a valor presente	(26)	(20)
Outros	(226)	(244)
Total	(3.249)	(2.294)
Resultado financeiro	7.361	1.445

(21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido. O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas vigentes nos respectivos exercícios.

	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	45.944	45.944	37.864	37.864
Alíquota sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	3.676	5.513	3.029	4.544
Receitas financeiras	10.609	10.609	3.739	3.739
Base de cálculo	14.285	16.122	6.768	8.283
Alíquotas vigentes	25%	9%	25%	9%
	3.571	1.451	1.692	745
Ajuste decorrente do adicional de IR	(23)	-	(23)	-
Débito fiscal apurado	3.547	1.451	1.668	745

(22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador direto a Dobrevê Energia S.A. (“Dobrevê”) e controlador indireto a CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”), que por sua vez, possui como controlador direto a CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”) com 50,85% das ações e como controlador indireto a CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”) com 49,50% das ações, que detém 100% do capital social da CPFL Geração, e possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Mútuos** - Refere-se a contrato de mútuo com a controladora indireta CPFL Renováveis, com vencimentos até agosto de 2023, para fazer frente às necessidades de caixa. O contrato é remunerado à 97,7% do CDI a.a. (97,7% do CDI a.a. de 31 de dezembro de 2021). O saldo a receber em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 55.132 (R\$ 83.062 em 31 de dezembro de 2021).
- Dividendos** – Refere-se a valores a serem pagos a título de dividendos em 31 de dezembro de 2021, após a destinação do resultado da Companhia, a controladora Dobrevê Energia S.A.
- Outras contas a pagar** – Refere-se a rateios de despesas de mão-de-obra entre a CPFL Renováveis e a Companhia.

A Companhia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração da administração da Companhia é paga pela controladora CPFL Renováveis. A Companhia não tem obrigações adicionais de pagamento de benefícios pós-emprego ou de desligamento, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licenças e outros benefícios por tempo de serviço.

As transações entre partes relacionadas são como segue:

	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Mutuo ativo								
CPFL Renováveis	55.132	83.062	-	-	9.798	4.033	-	-
Dividendos								
Dobrevê	-	-	-	4.002	-	-	-	-
Outras contas a pagar								
CPFL Renováveis	-	-	319	144	-	-	(1.730)	(722)
	55.132	83.062	319	4.146	9.798	4.033	(1.730)	(722)

Pessoal-chave da Administração

A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A remuneração da Administração da Companhia é paga pela Controladora CPFL Renováveis.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

(23) SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	306.000	306.000
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	90.000	90.000
Garantia	Seguro Garantia	17.873	14.792
Total		413.873	410.792

Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(24) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, a geração de energia elétrica de fontes renováveis.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria Interna e Riscos Compliance e Data Protect Officer (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da Companhia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites.
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração.
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos

- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis para saná-los.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras ao qual a Companhia está exposta bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de risco definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia desta Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a seus ativos e passivos financeiros. A quantificação deste risco está apresentada na nota 25.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2021 se observou uma sequência de hidrologia desfavorável, sendo a pior do histórico para o período de abril a setembro. O que acarretou uma série de ações mitigatórias, pelo governo, quanto ao risco de suprimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros: A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente

para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de *software* Bloomberg, tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(25) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2022		31/12/2021	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	979	979	443	443
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	2.025	2.025	4.775	4.775
Total				3.004	3.004	5.218	5.218
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	12	(b)	Nível 2 (**)	18.358	18.358	32.694	32.694
Total				18.358	18.358	32.694	32.694

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

d) Ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa (ii) títulos e valores mobiliários (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias e, (iv) contas a receber com partes relacionadas;

e) Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) provisões socioambientais..

Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado (basicamente por taxas de juros) irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno

c) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado abaixo.

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos, seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no exercício	taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	56.110	baixa CDI	13,65%	13,93%	7.816	5.862	3.908
Instrumentos financeiros passivos	(18.490)				(2.576)	(1.932)	(1.288)
	37.620				5.240	3.930	2.620
Total	37.620				5.240	3.930	2.620
Efeitos no resultado abrangente acumulado					-	-	-
Efeitos no resultado do exercício					5.240	3.930	2.620

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2022	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	Total
Fornecedores	12	360	7.109	6	18	7.493
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	13	-	18.358	-	-	18.358
Total		360	25.467	6	18	25.851

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de uma Companhia incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

Contas a receber de clientes

O histórico de perdas na Companhia e suas controladas em decorrência de não recebimento de saldos de venda de energia é irrelevante. A Companhia e suas controladas não estão expostas a um elevado risco de crédito, sendo que eventuais inadimplências são mitigadas por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os saldos a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, monitora a inadimplência

entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pela ANEEL, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 saldos de contas a receber de clientes que necessitassem de constituição de provisão para perdas.

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA- (*Fitch*, *Moody's* e *S&P*).

A Companhia considera que os depósitos vinculados têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2022 e 2021 títulos que tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável.

(26) COMPROMISSOS

O cronograma de vencimentos dos principais compromissos de longo prazo da Companhia é como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2022	Duração	Menos de	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5	Total
		1 ano			anos	
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	30 anos	1.448	3.104	3.349	105.337	113.238
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	8 anos	1.615	3.473	3.737	5.407	14.232
Total		3.063	6.577	7.086	110.744	127.470

(27) EVENTOS SUBSEQUENTES

Decisão do STF sobre causas tributárias

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade.

Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia, mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Contábeis
CRC 1SP321353/O-4